

## Após mais de três meses de cobrança, Cruesp agenda reunião técnica com o Fórum. Fato novo é o que não falta!

A única negociação entre o Fórum das Seis e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) na data-base 2024, no dia 16/5, limitou-se a discutir o índice de reajuste. A pressão da mobilização e do combativo ato do lado fora fizeram a proposta inicial subir de 3% para 5%.

Antes que a reunião acabasse, representantes das entidades insistiram com o reitor da USP e atual presidente do Cruesp, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, na necessidade de novas negociações, pois a Pauta Unificada 2024 contém outros pontos importantes, como a permanência estudantil, as condições de trabalho e estudo, as mudanças que virão no financiamento das universidades a partir da reforma tributária (veja matéria neste boletim) etc. Além disso, seria preciso dar continuidade às reuniões mensais das equipes técnicas de ambas as partes, conforme compromisso assumido pelo próprio Cruesp, para análise regular do cenário econômico, da arrecadação etc.

Nada disso aconteceu. Os seguidos ofícios enviados pelo Fórum das Seis tiveram algumas poucas respostas, todas batendo na tecla de que não havia “fato novo” que justificasse o agendamento das reuniões. A argumentação, obviamente, não corresponde aos fatos, novos, por sinal. Mês a mês, a arrecadação do ICMS vem superando bastante as previsões da Secretaria da Fazenda do estado.

No dia 27/8, finalmente o Cruesp agendou uma reunião técnica para 13/9.



Representantes do Fórum das Seis em evento na USP, em 28/8, sobre autonomia universitária. Confira matéria na página 3. (Foto de Teka Powaczuk/STU)

### Fato novo já é quase antigo

Em relação ao cenário econômico, apesar das negativas do Cruesp se basearem na crença de que não há “fato novo” para a reabertura das negociações, a realidade é outra.

A arrecadação do ICMS (quota-parte do Estado), imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais, vem superando significativamente a previsão feita pela Secretaria da Fazenda do Estado para 2024. Em julho/2024, ficou em R\$ 14,137 bi. Isso significa um crescimento nominal de 20,88% em relação ao mesmo mês de 2023. De janeiro a julho/2024, a arrecadação do ICMS cresceu 14,77% em relação a igual período de 2023.

O total da arrecadação deve chegar ao fim do ano superior aos R\$ 163 bi, conforme previsões dos próprios técnicos do Cruesp. O valor projetado pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP para 2024, e que

balizou a montagem das peças orçamentárias das universidades, foi de R\$ 154 bi.

Em resumo: o fato novo (arrecadação em alta) tornou-se tão constante de janeiro até agora que já é quase fato antigo!

### Ainda faltam 12,81% para recuperar maio/2012: 20,5 salários perdidos!

Além das perdas (ainda falta um reajuste de 12,81% para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), é preciso que os reitores discutam com o Fórum das Seis os demais pontos da Pauta Unificada 2024.

A negativa em fazê-lo contribuiu para aumentar a constatação de que as universidades querem seguir ampliando suas reservas à custa de arrocho salarial e omissão frente às crescentes demandas da permanência estudantil e de melhorias nas condições de trabalho e estudo.

Acesse este boletim online aqui



### Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/2012

	IPCA (julho/24)	IPC-FIPE (julho/24)	Fórum das Seis* (julho/24)
Índice	0,38%	0,06%	0,26%
SR	88,50%	92,03%	88,64%
Reajuste	12,99%	8,66%	12,81%
Salários não pagos	20,0	16,3	20,5

- A sigla SR indica o poder aquisitivo do salário de julho/24 (recebido em agosto/24) em relação ao de 1º de maio de 2012, data acordada pelo Fórum das Seis como referência por ser o pico de poder de compra deste século.  
- De maio/2012 a julho/2024, deixamos de receber o equivalente a 20,4 salários (incluindo os 13º).  
Obs.: O índice utilizado pelo Fórum das Seis baseia-se no ICV-Dieese até fevereiro/20 e INPC após esta data.

## Mobilizar para defender e avançar

# “Financiamento e garantia da autonomia das universidades estaduais paulistas: impactos da reforma tributária”

*Fórum das Seis promove novo debate em 19/9, na EACH (USP Leste), em São Paulo, com transmissão ao vivo. Hora de construir a mobilização para os embates que virão junto ao governo Tarcísio e à Alesp: autonomia e financiamento em risco!*

O Fórum das Seis promoverá um novo debate em 19/9/2024, intitulado “**Financiamento e garantia da autonomia das universidades estaduais: impactos da reforma tributária**” com início às 14h na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP Leste) e transmissão ao vivo pelo Youtube. O evento é o segundo com esta temática – o anterior ocorreu no campus da Unesp de Bauru, em 25/6 – e tem o objetivo de aprofundar as discussões e preparar a comunidade para a defesa da autonomia e do financiamento.

Com o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual derivam os recursos para Unesp, Unicamp e USP, será preciso negociar com o governo Tarcísio de Freitas e a Assembleia Legislativa os novos parâmetros de financiamento destas instituições.

### Cenário de ataques

Quando enviou sua proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025 para a Assembleia Legislativa, no início de maio/2024, o governador tentou arrochar os repasses para as universidades estaduais paulistas, inserindo no mesmo montante de recursos três outras instituições (Famerp, Famema e Univesp). A reação da comunidade interna e externa, inclusive dos reitores, forçou um recuo do governador e o ‘jabuti’ foi retirado.

A ameaça acima, que ainda paira sobre as universidades estaduais, foi um sinal claro das intenções do governo Tarcísio de Freitas em relação à Unesp, Unicamp e USP. A autonomia universitária, conquistada pelo movimento após uma grande greve em 1988, que trouxe consigo a dotação orçamentária fixa para estas instituições, não agrada os atuais ocupantes do Palácio do Bandeirantes.

Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado (PEC 45/2019), o formato desta dotação (atualmente, 9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS) terá que mudar. O ICMS será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

O percentual do ICMS-QPE não consta na Constituição Estadual, mas está previsto no Decreto nº 29.598/1989, que

estabeleceu a autonomia das três universidades no início de 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar ao percentual atual de 9,57%, ainda insuficiente dado o crescimento das universidades estaduais desde o início dos anos 2000.

Com o fim do ICMS, a grande questão é saber como ficará o financiamento da Unesp, da Unicamp e da USP.

O governo Tarcísio tem desferido uma pesada bateria de ataques contra a educação, a ciência e o conjunto dos serviços públicos. Entre eles, estão: a aprovação pela Assembleia Legislativa da criação das escolas cívico-militares (*NR: a implantação está suspensa após liminar concedida pelo TJ-SP à Apeoesp, em 6/8*) e da privatização da gestão de escolas estaduais (*o processo está em andamento, inicialmente com 33 unidades*); o ataque à Fapesp (*a LDO/2025 foi aprovada na Alesp com a possibilidade de corte de até 30% do orçamento da agência no ano que vem*); a tramitação da PEC 9 (*que prevê a redução do financiamento*

*da educação pública paulista de 30% para 25% dos recursos do Estado*); a privatização de órgãos públicos, como a Sabesp (*já aprovada*), o Metrô e a CPTM; a reforma administrativa; entre outros.

É com esse governo que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as estaduais paulistas em meio a reforma tributária em curso. A comunidade acadêmica deve se preparar para defender a autonomia e o financiamento adequado para Unesp, Unicamp e USP.

### O debate

**Tema:** “Financiamento e garantia da autonomia das universidades estaduais: impactos da reforma tributária”.

**Data:** 19 de setembro de 2024, 14h.

**Local:** Local: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP Leste - Rua Arlindo Bettio, 1000 (Estação USP Leste da CPTM, saída 17 da Rod. Ayrton Senna).

**Presenças** (confira no banner abaixo).

Evento presencial, com transmissão ao vivo pelo Youtube ([link em breve](#))

debate

## Financiamento e garantia da autonomia das universidades estaduais paulistas: impactos da reforma tributária

Transmissão ao vivo pelo Youtube

19/9/2024, quinta, 14h.

Local: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP Leste  
Rua Arlindo Bettio, 1000 (Estação USP Leste da CPTM, saída 17 da Rod. Ayrton Senna)

Presenças:

**Ursula Dias Peres:** Professora da EACH, pesquisa as áreas de Economia Política do Orçamento Público e Financiamento de Políticas Públicas. Participou dos debates sobre o IVA.  
**Márcio Moretto:** Professor da EACH e membro da diretoria da Adusp. Integrante do GT Verbas da Adusp.  
**Representante do GT Cruesp** sobre reforma tributária: A confirmar.  
**Michele Schultz,** presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis. Apresentação e mediação.

## FORUM das seis

DCE de Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

## CCJR aprova relatório da PEC 9 na Alesp. Governo prepara o terreno para levar a plenário projeto que pode tirar mais de R\$ 10 bi anuais da educação

O governo Tarcísio de Freitas deu mais um passo na tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023, um dos maiores ataques, entre muitos, contra a educação pública. Na manhã de 28/8, o parecer do deputado Carlos Cezar (PL), favorável à PEC, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), após seguidas sessões com obstrução feita por partidos de oposição. Os deputados de oposição membros da CCJR - Professora Bebel, Reis e Jorge do Carmo, do PT – apresentaram voto em separado, rejeitado pela maioria governista na comissão. O próximo passo é o envio para votação em plenário, em dois turnos.

“Essa flexibilização terá impacto na qualidade da Educação do Estado, na formação, no salário e nas condições de aprendizagem para os alunos e de trabalho para os professores”, criticou Bebel.

### O que está em jogo

A Constituição Paulista prevê, no artigo 255, que o estado deve investir na educação pública, no mínimo, 30% das receitas oriundas dos impostos arrecadados. Fruto das lutas dos movimentos sociais, o percentual é 5% superior ao mínimo previsto na Consti-

tuição Federal (25%), em seu artigo 212.

Na PEC 9/2023, o governador Tarcísio propõe reduzir o percentual para 25%, abrindo a possibilidade de que a diferença seja transferida para a saúde.

Num primeiro momento, 5% podem parecer um número pequeno. Mas não é. A redução de 5% no total de impostos corresponde a, aproximadamente, 16,5% a menos no montante atualmente destinado à educação pública paulista, uma diminuição de cerca de R\$ 10 bilhões anuais, em valores atuais, o que traria prejuízos a todo o sistema: educação básica, escolas técnicas e universidades estaduais.

Para justificar a aprovação, o governo diz que o corte nas verbas da educação iria para a saúde. “A argumentação é uma falácia”, aponta Cesar Callegari, ex-deputado estadual e Secretário da Educação Básica do MEC, durante o governo Dilma. “Essa PEC é um atentado brutal contra as garantias constitucionais de financiamento e oferta de ensino público em todos os níveis. Se aprovada, tornará definitiva a redução do piso constitucional para o ensino público”, alerta.

Falando no plenário da Alesp, logo após a aprovação na CCJR, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) lembrou que a rede

estadual está sucateada, abandonada pelo governo, com salas superlotadas, profissionais da educação com salários baixíssimos, contratos precarizados, entre outros. “Se quiser mesmo ampliar os recursos na saúde, o governo tem outras fontes para isso, inclusive a cobrança dos históricos devedores da dívida pública paulista. Não é preciso jogar uma área contra a outra”, assinalou o parlamentar. “Nunca vimos um ataque tão brutal e perverso contra a educação pública. Os deputados que votarem a favor desse projeto vão deixar a digital neste atentado contra a educação pública estadual e à Constituição aprovada nesta casa em 1989”, finalizou.

### Reação e luta

A aprovação da PEC 9 na CCJR não é raio em céu de brigadeiro. O atual governo do estado de São Paulo, liderado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu vice, Felício Ramuth (PSD) e o secretário da Educação, Renato Feder, elegeram a educação, a ciência e os serviços públicos como alvos centrais. As categorias do funcionalismo público precisam entrar em cena para barrar estes ataques, sob pena de grave desmonte na rede de serviços públicos em nosso estado!

## Fórum das Seis cobra reitores em evento das universidades sobre autonomia

No dia 28/8/2024, a USP sediou o debate “Autonomia universitária: Fator de desenvolvimento do país”, dentro de uma série que vem sendo organizada por universidades públicas do país. A atividade contou com a presença dos reitores da USP, Unicamp e USP, respectivamente Carlos Gilberto Carlotti Jr., Antônio Meirelles e Pasqual Barretti; do presidente da Fapesp, Marco Antonio Zago; do secretário de CT&I do estado de SP, Vahan Agopyan; do ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman; do ex-reitor da UnB, Cristovam Buarque, entre outros.

O professor Sebastião Neto Ribeiro Guedes, da Unesp, expôs a proposta debatida em grupo de trabalho criado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para discutir os impactos da reforma tributária no financiamento e na au-

tonomia destas instituições. Guedes também foi um dos participantes do debate promovido pelo Fórum das Seis em Bauri, em 25/6/2024.

Representantes das entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis participaram da atividade na USP, portando faixas e cartazes em defesa da autonomia universitária, lembrando que foi conquistada das lutas do movimento, e cobrando do Cruesp a reabertura das negociações, encerradas unilateralmente em maio deste ano.



Fotos: Daniel Ruiz

minuto  
FORUM  
das seis

Veja cobertura da participação das entidades no evento no “Minuto Fórum das Seis” nº 16.

<https://youtu.be/F58eGJzKaxY>